

VIII SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVI Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 09 de dezembro de 2023

Tema: "INTERIORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS: O PAPEL DOS PIBIC'S COMO EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DA PESQUISA NA GRADUAÇÃO E NA PÓS GRADUAÇÃO"

O ESPAÇO RURAL CEARENSE: POSSIBILIDADES E LIMITES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

Valdemir Pereira Júnior², Sabrina Nogueira Tavares³, Maria Messias Ferreira Lima⁴

Resumo: Este trabalho tem como objetivo central analisar as possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no espaço rural cearense considerando as regiões de planejamento. A abordagem se baseia em uma revisão de literatura que discute os aspectos fundamentais do "novo" rural brasileiro, destacando elementos essenciais para compreender a dinâmica contemporânea do desenvolvimento rural em seus aspectos multidimensionais. O processo de investigação foi realizado a partir da pesquisa bibliográfica e documental, especificamente registros estatísticos, tendo como material para a análise os dados secundários. Após a coleta, os dados foram tabulados e posteriormente mensurou-se o nível de desenvolvimento rural para as regiões de planejamento do Estado. Em relação aos resultados da pesquisa observa-se pouca variação entre as regiões de planejamento, o que uma interpretação rápida pode levar à percepção de relativa homogeneidade no espaço rural cearense, pois apresentou uma variação entre 0,44 e 0,54, situando-se no nível médio de desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Ceará. Regiões de Planejamento.

1. Introdução

O modelo de Desenvolvimento Rural (DR) é apontado como resposta às demandas da nova ordem mundial, em que o capital necessita de novos elementos para iniciar um outro ciclo de acumulação. Dessa forma, o espaço rural entra de forma mais efetiva no processo de acumulação com a expansão das relações capitalistas no campo, tornando-se assim um espaço multifuncional

¹ Este presente trabalho foi elaborado a partir das reflexões e estudos realizados no Laboratório de Estudos Aplicados em Desenvolvimento Rural (LEADR). Apresenta os resultados do projeto de pesquisa desenvolvido sob a coordenação da profa. Maria Messias F. Lima, submetido ao Edital: 01/2022 PIBIC/CNPq/URCA com vigência de setembro de 2022 a agosto de 2023.

² Discente do curso de Ciências Econômicas - URCA. E-mail: valdemir.pereirajunior@urca.br

³ Discente do curso de Ciências Econômicas - URCA. E-mail: sabrina.nogueira@urca.br

⁴ Profa. Departamento de Economia - URCA. E-mail: messias.lima@urca.br

rompendo-se com estrutura setorial e as ocupações rurais não agrícolas tornam-se ativos nesse novo modelo.

Ainda na década de 1990 autores, como Graziano da Silva (1996), Abramovay (1998), Eli da Veiga *et al* (2001), Kageyama (2008) ofereceram as bases teóricas e empíricas para o sustentáculo de um reordenamento para o campo brasileiro centrado em dois pilares: o desenvolvimento da agricultura patronal e familiar e, a multifuncionalidade do espaço rural. Por outro lado, a pobreza no campo, o elevado êxodo rural e o crescimento urbano desordenado evidenciaram o esgotamento do modelo instaurado a partir da revolução verde.

A conjuntura oferecida com a redemocratização do País, as diretrizes da Constituição de 1988 e a estabilidade macroeconômica nos anos de 1990 impulsionou por um lado a implementação de uma agenda neoliberal e por outro possibilitou o fortalecimento dos movimentos sociais e sindicais, estabelecendo um debate sobre qual seria a estratégia de desenvolvimento para o campo brasileiro.

Os conflitos no campo na década de 1990 e início dos anos 2000 reverbera o atraso e descaso do Estado brasileiro no tratamento das relações de produção no campo. Esse cenário foi trabalhado com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a criação em 1999 do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nos anos 2000 o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva institucionalizou a política pública de desenvolvimento territorial rural, dando continuidade ao processo iniciado nos anos de 1990. A estratégia considera o desenvolvimento para além do aspecto econômico, analisando-o de forma multidimensional, outro aspecto dessa estratégia de desenvolvimento é a mudança de enfoque de setor primário/agropecuário para espaço multifuncional, caracterizando o “novo” rural brasileiro.

Dessa forma, o conceito de desenvolvimento rural “está associado à ideia de criação de capacidades – humanas, políticas, culturais, técnicas etc. – que permitem às populações rurais agir para transformar e melhorar suas condições de vida” (Brasil, 2013, p. 13). O conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento rural atua em diversos campo, incluindo políticas agrícolas, políticas de segurança alimentar, criação e expansão de políticas sociais, criação de novos mercados e políticas de desenvolvimento territorial (Da Silva; Del Grossi e Campanhola, 2002).

Dessa forma, ofertou-se um grupo de políticas capazes de reorientar o espaço rural para um desenvolvimento sustentável, nesse grupo encontra-se fomento à produção agrícola/agroindustrial, habitação; infraestrutura: transporte, água, energia, comunicação, saúde e educação, O foco é entender como essas políticas impactam a diversidade do espaço rural, visando um modelo sustentável a longo prazo.

2. Objetivo

A pesquisa tem como objetivo geral analisar as possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no espaço rural cearense considerando as regiões de planejamento, através da mensuração do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR).

3 Metodologia

Para a delimitação da área geográfica do estudo foi considerado as 14 regiões de planejamentos do Estado (Ceará, 2019). Os dados são de origem secundária, obtidos através das seguintes fontes: IBGE, IPEA, IPECE, PNAD, Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD e TRE-CE. Após a coleta, os dados foram tabulados e posteriormente mensurou-se o nível de DR para as regiões de planejamento do Estado. O modelo empírico utilizado considerou as seguintes dimensões do desenvolvimento e suas condicionalidades (quadro 1).

Quadro 1 – Condicionalidades para a mensuração do IDR

Dimensões DR	Condicionalidades
Econômica	Bônus demográfico; Proporção de ocupados rurais em relação à população total; Proporção de ocupados não agrícolas em relação à população total; Vínculos formais na agropecuária, Rendimento médio domiciliar, Índice de Gini-terra.
Social	IDH, Analfabetismo; Escolaridade; Atendimento escolar a quem possui 18 a 24 anos de idade; Abastecimento de água potável; Acesso à energia elétrica; Acesso à internet; Vulnerabilidade.
Demográfico	Densidade demográfica; Variação da população rural (2010-2020); Proporção da população rural em relação à população total.
Participação Política	Comparecimento nas eleições em 2020 (1º turno); Número médio de conselhos municipais.
Ambiental	Cobertura vegetal natural; Proporção de estabelecimentos que utilizam adubo e fertilizantes, Ausência de monocultura; Razão entre estabelecimentos agrícolas patronais e familiares; proporção de estabelecimentos que adotam práticas de conservação do solo.

Fonte: Elaborado a partir da revisão de literatura

Em relação às multidimensões do DR considerou-se as contribuições de Sepúlveda (2015), Kegeyama (2008), Silva Filho (2010). Para a mensuração do índice, foi considerado apenas variáveis que apresentem uma relação positiva em relação ao nível de DR. Também foi considerado o mesmo peso para cada variável. A partir dessas considerações, efetuou-se a conversão algébrica dos valores em índices. A mensuração foi realizada considerando a média aritmética dos índices de cada dimensão (Kageyama, 2008). Depois de calcular o índice para cada dimensão em determinado município, calculou-se novamente a média aritmética dos índices com o número de municípios estudados na pesquisa, como indica a fórmula a seguir.

$$IDR = IDE + IDS + IDD + IDA + IPP / 5$$

O índice assume valores dentro do intervalo de 0 (zero) a 1 (um), quanto mais próximo de 1, melhor o nível de DR, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 – Referências para avaliação do nível de DR

Nível de Desenvolvimento	IDR
Muito Baixo	0,0 > IDR < 0,2
Baixo	0,2 ≥ IDR < 0,4
Médio	0,4 ≥ IDR < 0,6
Alto	0,6 ≥ IDR < 0,8
Muito Alto	0,8 ≥ IDR ≤ 1,0

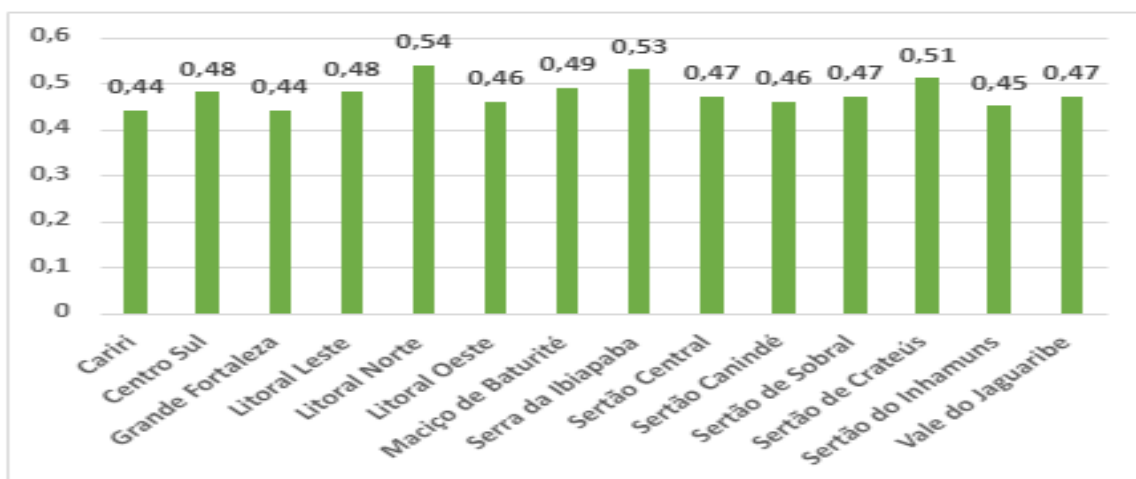
Fonte: Elaborada a partir das referências de Sepúlveda (2005); Vale e Silva (2009).

A partir do nível de desenvolvimento encontrado foram analisadas as suas possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no espaço rural Cearense.

4. Resultados

Em relação aos resultados da pesquisa observa-se pouca variação entre as regiões, o que uma interpretação rápida pode levar à percepção de relativa homogeneidade no espaço rural cearense, contudo o nível de desenvolvimento apresentou uma variação entre 0,44 e 0,54. De acordo com as referências utilizadas encontra-se ainda em um nível baixo e médio, mas ainda distante de ser considerado bom. Apenas três regiões apresentaram índice superior a 0,5. Litoral Norte (0,54), Serra da Ibiapaba (0,53) e Sertão de Crateús (0,51). O IDR para todas as 14 regiões de Planejamento pode ser visualizado no gráfico 1.

Gráfico 1 – IDR no Ceará: Regiões de Planejamento



Fonte: Resultados da pesquisa, 2023.

As regiões com menores índices foram, Cariri e Grande Fortaleza com índice de 0,44. Em relação à dimensão econômica, aproximadamente 43% das regiões apresentaram índices acima de 0,5. A região com maior índice para essa dimensão foi Litoral Norte, com 0,58. As dimensões com piores desempenho foram a dimensão social e ambiental, sendo que 0,35 foi o melhor indicador dessa última dimensão, obtido pelo Litoral Norte, e o pior foi para a Grande Fortaleza, com índice de 0,16.

Quanto à dimensão demográfica, apenas 14% das regiões apresentaram índices superiores a 0,5. A região Sertão dos Inhamuns (0,57) e a região do Maciço de Baturité (0,54).

5. Conclusão

A partir dos resultados é possível inferir que existem possibilidades reais para o desenvolvimento sustentável no espaço rural cearense, contudo os limites ainda são preponderantes. considerando as regiões de planejamento, destaca-se inicialmente um baixo nível de DR, em 10 das 14 regiões, apresentaram IDR menor que 0,49. Portanto, 71% do espaço rural cearense encontra-se com baixo nível de desenvolvimento, isso inclui 136 municípios, ou seja, aproximadamente 74% dos municípios cearenses. Dessa forma, identificar as possibilidades para

um desenvolvimento sustentável é desafiador, com a metodologia utilizada não foi possível detectar essas possibilidades, com exceção da participação política que apresentou um índice de desenvolvimento entre bom e ótimo para 93% das regiões de planejamento. Os indicadores ambientais, demográficos, sociais e econômicos evidenciam os limites para um desenvolvimento rural sustentável, uma vez que os elementos, considerados fundamentais para um desenvolvimento sustentável ainda não foram desenvolvidos.

6. Agradecimentos

À Universidade Regional do Cariri (URCA) à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPGP) ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e ao CNPq pelo fornecimento das Bolsas para o desenvolvimento da pesquisa.

7. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª Ed. Campinas/UNICAMP: Hucitec, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Documento de Referência: 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**, Brasília, 2013.

CEARÁ. **Panorama Socioeconômico das regiões de planejamento do estado do Ceará**. Informe IPECE. Fortaleza: IPECE, n. 149, abril 2019. Disponível em < documentById (fortaleza.ce.gov.br)> Acesso em 20 agosto 2023.

DA SILVA, José Graziano.; DEL GROSSI, Mauro Eduardo.; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, vol. 19, n. 1 – jan./abr., 2002.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

SEPÚLVEDA, Sergio. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local**. Brasília: IICA, 2015. Disponível em: <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Desenvolvimento-Sustentavel-Microrregional.pdf>> Acesso em: 15 de março de 2016.

SILVA FILHO, L. A. Territórios rurais em uma perspectiva de sustentabilidade: o caso do Ceará. **Revista de Desenvolvimento do Ceará** – IPECE, n.1, p. 143-162, out/2010.

VEIGA, José Eli da.; *et. al.* **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Texto provisório para Discussão, ago/2001.